

Educação Superior: realidade mundial e brasileira

MÁXIMO ALESSANDRO MENDES OTTONI*

MARÍLIA BORBOREMA RODRIGUES CERQUEIRA**

Resumo: Na história da universidade, verificam-se mudanças pelas quais a instituição passou para se adequar às determinações de organismos internacionais, do sistema econômico e da descapitalização. Este trabalho tem como objetivo discutir o percurso histórico da universidade, registrar as mudanças ocorridas e as estratégias adotadas frente à ideologia neoliberal e de comercialização da educação. Para tanto, utilizou-se pesquisa bibliográfica e, autores que discutiram o tema. Inicialmente autônoma, a universidade conseguiu seu espaço por meio de conquistas sociais e políticas, tornando-se uma instituição democrática. O modelo neoliberal induziu à perda de prioridade das políticas sociais, dentre elas, a educação. Nesse contexto, a universidade pública tem sido vista como uma empresa submetida à lógica empresarial da relação de custo-benefício e, tornando-se flexível, limitou a formação profissional ao atendimento das demandas do mercado de trabalho. Essa flexibilização significou perda de valores, precariedade, simplificação, rapidez, concorrência, privilégio a aspectos quantitativos, negação da formação humana, intelectual, cultural e ética. Algumas das soluções para as Instituições de Ensino Superior – IES seria o resgate da sua autonomia, com critérios, indicadores e autoavaliação adequados aos estabelecimentos, sem a imposição do Estado, de outros órgãos e do mercado de trabalho.

Palavras-chave: universidade; ensino superior; autonomia.

Higher Education: reality in Brazil and World

Abstract: In the history of the university, there are changes that the institution began to fit the determinations of international organizations, the economic system and undercapitalization. This paper aims to discuss the historical background of the university, record the changes that have occurred and the strategies adopted against the neoliberal ideology and commercialization of education through a literature review on the topic. Initially autonomous the university managed its space through social and political achievements, becoming a democratic institution. The neoliberal model has led to the loss of priority of social policies, among them education. In this context, public universities have been seen as a company subject to the business logic of cost-benefit limiting the training to meet the demands of the labor market. Such flexibility has meant loss of values, precariousness, simplification, speed, competition, privilege of the quantitative aspects, denial of human, intellectual, cultural and ethical training. Some of the solutions for Higher Education Institutions - IES would be rescue their autonomy with criteria, indicators and self-assessment, suitable for establishments without the imposition of the state, other institutions and labor market.

Key words: university; higher education; autonomy.



* **MÁXIMO ALESSANDRO MENDES OTTONI** é Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Coordenador de Apoio à Graduação do Hospital Universitário Clemente de Faria – Unimontes e professor da Faculdade Prisma.



** **MARÍLIA BORBOREMA RODRIGUES CERQUEIRA** é Doutoranda em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR da UFMG; professora da Unimontes e integrante do Observatório Estação de Pesquisa, também da Unimontes (Rede ObservaRH).

Introdução

Para entender o processo pelo qual passaram as universidades, em especial as brasileiras, e a atual situação dessas instituições, o presente artigo discorrerá sobre a historicidade desse processo, bem como abordará sobre as interferências de outros países e de organizações internacionais, que fizeram com que as universidades brasileiras sofressem modificações e seguissem “determinações” ocorridas exteriormente, refletindo dessa forma no seu interior. Este trabalho pretende demonstrar parte do que ocorreu com as universidades e quais estratégias foram utilizadas na atualidade, juntamente com algumas consequências geradas.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cuja justificativa é a necessidade de buscar o entendimento de questões, como o percurso histórico das Instituições de Ensino Superior, assim como as suas mudanças, a influência do modelo político-econômico, o crescimento do número de estabelecimentos de ensino superior nas últimas décadas, o processo de mercantilização e, as possíveis soluções para essas instituições.

Desenvolvimento

No processo histórico da universidade, especialmente na sua gênese, Chauí (1999) comenta que a universidade surge na Europa, no século XIII, onde a prática de ações sociais e sua fundação no reconhecimento público conferiram a ela autonomia perante outras instituições sociais, guiada por ordenamentos, regras, normas e valores.



(...) A legitimidade da universalidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade européia tornou-se inseparável das idéias de formação, reflexão, criação e crítica. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direito, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber (...) (CHAUÍ, 1999, p. 217).

Percebe-se no seu surgimento, que a universidade foi criada autônoma, capaz de impulsionar as ideias e a criticidade nos indivíduos. Conseguiu seu espaço por meio de conquistas sociais e políticas, tornando-se uma instituição democrática. Mas, ao longo do seu processo, aconteceram mudanças que afetaram profundamente o seu percurso.

Recentemente, houve uma grande mudança no sistema educacional superior, em que Santos (2004) descreve como a descapitalização da universidade pública, sendo esse um fenômeno global que aconteceu diferentemente nos países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Na Europa, exceto na Inglaterra onde há predomínio público, a universidade tem conseguido superar a descapitalização e conseguiu receitas via mercado.

Nos Estados Unidos, Ristoff (1999) descreve que, dos 14 milhões de acadêmicos, somente 3 milhões estão se graduando em instituições privadas. A

maioria, mais de dois terços, está matriculada no setor público. O sistema de privatização obteve pouco resultado no ensino superior e um resultado pouco melhor no ensino básico, pois o ex-presidente Bill Clinton teve a questão da educação como sendo de segurança nacional, empenhando-se para garantir a universalização e a gratuidade do ensino superior público.

Mas, é sabido, que mesmo nos Estados Unidos, onde existe grande *status* das universidades privadas, as universidades públicas tiveram que buscar alternativas de financiamento junto a fundações, ocorrendo aumento dos valores das matrículas. Prado (1996) comenta que, nas grandes universidades privadas norte-americanas, como Yale, Stanford, Harvard e Colúmbia, as anuidades são onerosas, mesmo para os padrões desse país. Dessa forma, o Governo Federal contribui com os alunos na forma de bolsas e empréstimos, ajudando, assim, no financiamento aos estudantes.

Nesse sentido, muitas Instituições de Ensino Superior – IES perderam recursos e, como tática atual de sobrevivência, buscou-se no mercado essa compensação por intermédio de algumas estratégias como a prestação de serviços, a cobrança de matrículas e mensalidades (DOURADO, 2003).

Sobre o modelo de desenvolvimento econômico tido como neoliberalismo ou globalização neoliberal, Santos (2004) comenta que esse modelo induziu à perda de prioridade das políticas sociais, dentre elas, a educação. Esse modelo se impôs, mundialmente, na década de 1980 e fez com que a universidade pública se debilitasse institucionalmente. Isso justificou a sua abertura para a exploração comercial.

Seguindo o modelo de desenvolvimento vigente, o referido autor ainda diz que na

África, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO fez um relatório, em 1997, no qual colocou como fatores negativos para as IES desse país: as carências, o colapso, a precariedade de equipamentos, a infraestrutura, a baixa remuneração do corpo docente, os baixos investimentos, dentre outros. O Banco Mundial também realizou diagnósticos semelhantes e impôs aos países da África que não investissem na universidade, e sim, no ensino primário e secundário. Essa imposição quase acabou com as universidades africanas.

Demais organismos também interferiram na política educacional de outros países, como no caso da América Latina, na década de 1990, a qual sofreu intervenção do Fundo Monetário Internacional - FMI, da UNESCO, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio – OMC (LIMA, 2002).

Referindo-se às reuniões regionais, Botega (2005) comenta que em Quito, no Equador, no ano de 1989, esses encontros serviram de preparação para a Conferência de Jomtien, que teve como meta a educação de todos os cidadãos do planeta, contando com a presença de 155 países. Na Conferência, a UNESCO discursou sobre diversidade e minorias, como o analfabetismo feminino, vindo a aparecer o termo ‘equidade’. O Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef destacou a educação integral e suas necessidades básicas; além de abordar qualidade de vida, nutrição e saúde das crianças.

O autor ainda afirma que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD enfocou que a melhoria nos índices de educação, produziria crescimento econômico. Já o Banco Mundial se preocupou com a questão do gerenciamento de recursos, comentando

que existem recursos para a educação, mas eles são pouco aproveitados. As reuniões preparatórias e os debates da Conferência originaram a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e, o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.

Na graduação, Santos (2004) expõe que, em países democráticos, a crise ocorreu principalmente na década de 1980, com as imposições do neoliberalismo como modelo global capitalista. Países que passaram da ditadura à democracia tiveram a privatização do ensino superior e o aumento da crise financeira das universidades públicas. Essas passaram a procurar novas dependências que foram mais onerosas que a dependência do Estado, porque foram controladas pelos Ministérios das Finanças e da Educação.

O autor também explana sobre três crises pelas quais as universidades passaram. A primeira, a crise de hegemonia, em que havia contradições entre funções tradicionais da universidade no século XX. Os conhecimentos científicos e humanísticos serviam para a formação das elites europeias desde a Idade Média. Os conhecimentos tidos como médios serviam para qualificar a mão de obra necessária ao desenvolvimento capitalista. Como a universidade não conseguiu desempenhar essas funções contraditórias, o Estado e os agentes econômicos buscaram fora dela outras formas de se conseguir essas metas.

Na segunda crise, a de legitimidade, a universidade deixou de ser consensual por pressões sociais e políticas democráticas que reivindicavam oportunidades iguais para os estudantes das classes populares. Já a terceira crise ocorreu devido às pressões empresariais por produtividade e eficácia, evidenciada em meados de 1990, pois “A crise

institucional era e é, desde há pelo menos dois séculos, o elo mais fraco da universidade pública porque a autonomia científica e pedagógica da universidade assenta na dependência financeira do Estado.” (SANTOS, 2004, p. 12).

Comentando sobre as mudanças ocorridas mais recentemente nas instituições de ensino superior, Coelho (2003, p. 118) afirma que “Hoje, a própria universidade pública tem sido vista como uma empresa e sua existência e avaliação submetidas à lógica empresarial da relação de custo-benefício.”

Percebe-se que, enquanto o Estado financiou a universidade, não ocorreram problemas quanto a isso; mas quando houve redução do compromisso político e conversão da universidade a bem público, ela passou a não ser mais totalmente de responsabilidade do Estado, o que provocou a crise institucional da universidade pública (SANTOS, 2004).

Sobre o neoliberalismo, Sobrinho (2003) comenta que houve a sua adoção por vários países. Em 1990, orientados pelo FMI e pela OMC, muitos países da América Latina utilizaram de reformas para adequar o Estado e a sociedade a uma nova ordem, na qual a economia tornar-se-ia o centro, inclusive o da educação. Desde 1980, havia uma tendência do crescimento das matrículas estudantis no Brasil, mesmo assim, o país estaria abaixo dos índices da América Latina, quando se trata de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior.

As transformações que ocorreram na educação, principalmente com o capitalismo global, foram responsáveis por acrescentar regras ao sistema educacional. Essas transformações impulsionaram a reforma da educação na América Latina e, no Brasil, iniciou-se

na década de 1990, com a utilização de políticas e processos mercantis da produção do trabalho acadêmico para a intensificação dessa reforma (DOURADO, 2003).

Carvalho (2009) discorre sobre a história da educação superior no Brasil e afirma que, após 1964, o processo de modernização reformulou os objetivos e a estrutura educacional. Em 1965, foram criadas normas para universidades federais e regulamentação da pós-graduação. Até 1970, a ênfase da universidade no Brasil era no ensino. Mas, na década de 1980, com o decreto Ludwig (85487/80), ocorre a diminuição dos recursos internos e externos, prejudicando também a pós-graduação e a pesquisa.

Sobre a reforma do Estado, Diniz (2001) cita que, nos anos de 1990, ela começou a ser gerada no governo Collor (1990-1992). Mas foi aprofundada no governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC, seguindo a ordem internacional da economia centrada no mercado, tendo como meta o ajuste fiscal. Isso teve influência também na questão universitária.

Em relação à reforma universitária, Dourado (2003) defende que ela assume modelo privatista no Brasil. Na década de 1980, acontece a estagnação das vagas no ensino público. No governo de FHC (1995-2003) foram adotadas a diversificação e a diferenciação do sistema de educação superior, devido ao aumento das vagas, mediante a massificação do ensino.

De 1995 a 2002, o governo de FHC imprimiu uma feição privada no campo universitário, com aumento de cursos pós-médios, da educação a distância e da educação profissional. As IES privadas tiveram grande crescimento, mas houve perda de recursos públicos para as

universidades federais. Assim, o sistema de avaliação passou a nortear as IES, tornando-as mais produtivistas, concorrenciais e mercantilistas (DOURADO, 2003).

Coelho (2003) argumenta que o aumento da demanda por educação superior leva ao aumento de vagas e à abertura de mais cursos em instituições públicas. No governo de FHC, foram colocadas medidas e propostas equivocadas, desqualificando os sujeitos e suas entidades. Houve expansão da oferta de vagas, principalmente no ensino privado. O ensino público continuou, muitas vezes, sendo de baixa qualidade e, para cobrir gastos, recorreu de meios como cobrança de anuidade. Nos Estados Unidos, houve rápida adaptação à lógica empresarial, pois as ‘empresas’, servindo ao mercado, seriam como se atendessem à sociedade.

A política de FHC também induziu as IES, especialmente as federais, a se tornarem parecidas com empresas, isso ocasionou o acirramento da concorrência. Na década de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9394/96 teve como marcos a flexibilização, novas diretrizes curriculares e a diminuição da duração dos cursos. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva – Lula (2003-2010), ocorreu uma maior oferta no número de vagas e incremento da oferta pública (DOURADO, 2003).

Sobre o processo de mudança pela qual passou a instituição, Carvalho (2009) explana que a universidade brasileira está em crise, sendo que esse problema não é novo e nem passageiro, o que não pode ser aceitável. No relatório do Banco Mundial para o Brasil, em 2002, foi exposto que não haveria aumento de recursos públicos para as universidades e que, a solução estaria na ampliação do mercado universitário junto com a

diminuição de custos por aluno e, dentre outros, a eliminação da gratuidade no ensino público (SANTOS, 2004).

Coelho (2003) entende que a formação superior se reduziu à formação profissional, o que limitou esse profissional a atender o mercado de trabalho. A questão da flexibilização também significou perda de valores, precariedade, simplificação, rapidez, concorrência, privilégio a aspectos quantitativos (números e resultados), negação da formação humana, intelectual, cultural e ética.

Sobre o discurso dos organismos internacionais em relação ao ensino superior, quando defendem que a sociedade do conhecimento não se separa da velocidade, Chauí (2003) descreve que

Segundo alguns autores, o conhecimento levou 1.750 anos para duplicar-se pela primeira vez, no início da era cristã; depois, passou a duplicar-se a cada 150 anos, depois a cada 50 anos e estima-se que, a partir de 2000, a cada quatro anos duplicará a quantidade de informação disponível no mundo (CHAUÍ, 2003, p. 9).

Com toda essa velocidade, o importante agora será a racionalidade, a produtividade, os resultados e o produto. O discurso neoliberal da universidade a serviço da sociedade; integração ensino, pesquisa e extensão; currículo integrado, dentre outros, faz com que a universidade se adapte aos novos tempos, priorizando o mercado e, às vezes, deixe de lado a sua gênese de uma instituição pensante. Algumas das novas exigências desse mercado são voltadas à produção científica que preencha as normas do currículo 'Lattes' e as exigências das instituições de fomento a pesquisas, o que pode transformar pesquisadores e docentes parecidos com trabalhadores em

uma linha de montagem que necessitam aumentar as suas produções (COELHO, 2003).

Sobre a noção economicista das universidades, Sobrinho (2003) coloca como exemplo a flexibilização do tempo, que é reduzido na graduação e na pós-graduação. A competitividade seria outro fator, pois ela faz com que as instituições busquem verbas em locais diversos, inclusive na iniciativa privada, subordinando a academia ao mercado.

Com relação ao setor privado da educação, isso varia de país para país, Santos (2004) argumenta que algumas instituições são antigas, mas, a maioria é das duas últimas décadas. Umas têm propostas cooperativas ou solidárias e não visam renda, outras, são financiadas pelo privado.

Um levantamento que foi divulgado pela própria Ordem dos Advogados do Brasil-OAB pode exemplificar a situação decadente de algumas instituições. Segundo Hupsel (2011), a OAB apresentou uma lista com 90 faculdades que não conseguiram nenhum aluno aprovado no exame da Ordem. Alguns fatores para essa triste realidade são a expansão, a massificação e a mercantilização do ensino universitário.

Das transformações que ocorreram na universidade, Santos (2004) mostra que ela passou a ter o seu acesso não mais pela via da cidadania, mas pela via do consumo e, nesse caso, haverá pagamento. "A eliminação da gratuidade do ensino universitário e a substituição de bolsas de estudo por empréstimos foram os instrumentos da transformação dos estudantes de cidadãos em consumidores" (SANTOS, 2004, p. 25).

Ao ser, porém, transformada numa organização administrada, a universidade pública perde a ideia e a prática da autonomia, pois esta,

agora, se reduz à gestão de receitas e despesas, e acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato (CHAUÍ, 1999, p. 216).

Referindo-se ao Banco Mundial, Coelho (2003) informa que ele faz a avaliação da escola, da educação e da universidade, pensando na relação custo/benefício; assim como o Ministério da Educação e Cultura – MEC e outras instituições. Mas as universidades necessitam definir conceitos, critérios, indicadores e procedimentos para a sua autoavaliação, a fim de não permitirem imposições do Estado, de agências de fomento, empresas, mídia e outros. As suas produções não podem ser medidas apenas pelos resultados, principalmente pelos resultados imediatos, mas devem produzir saber, formar pessoas críticas e intelectuais; e para isso, são necessários vários anos de estudo.

Também é dito pelo autor que um profissional, seja em qual área atuar, não se vale pela quantidade de obras produzidas, mas pela qualidade e excelência das mesmas. Dessa forma, vários trabalhos não publicados na área das humanidades, por exemplo, poderiam ser de grande relevância para a formação de muitos estudantes. Já trabalhos publicados em outras áreas, inclusive em revistas renomadas, podem não trazer uma contribuição tão expressiva.

Sobrinho (2003) descreve que a universidade, que é uma instituição social e política, um espaço de crítica e liberdade, produtora e disseminadora de conhecimentos e formação técnica e social, deveria ser capaz de apresentar respostas e soluções a várias situações de indagações e problemas; mas houve uma alteração nesse papel, pois ela agora é, muitas vezes, obrigada a agir em função

da economia, sendo em alguns casos negadas as questões éticas, de justiça, de cidadania, dentre outros.

Pode-se dizer que nos últimos trinta anos a crise institucional da universidade na grande maioria dos países foi provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas. As causas e a sua sequência variaram de país para país (SANTOS, 2004, p. 13).

Em se tratando de privatização na educação, Sobrinho (2003) evidencia que ela é diferente, pois o Estado não vende uma universidade pública, mas existe a privatização branca, branda ou pseudoprivatização. Ela acontece como uma perda de sentido social e público, devido às grandes pressões para que essas adotem procedimentos mercadológicos. Para aumentar a receita, instituições públicas criam fundações e escritórios, o que as torna semelhante a empresas. Essa ideologia mercadológica entende que tais instituições devam ser bem gerenciadas, ajustadas e de boa qualidade. O que terá importância para o mercado são os indicadores de quantidade de trabalhos publicados e os alunos titulados.

Ao explanar sobre o projeto político organizado por órgãos internacionais via acordos comerciais, em que é visada a privatização de setores estratégicos, desnacionalização da ciência, educação, tecnologia e telecomunicações, Lima (2002, p. 60) comenta que “esta desnacionalização se expressa na pressão que estes organismos realizam no sentido de garantir a abertura para que empresas estrangeiras controlem empresas nacionais, escolas e centros de pesquisa dos países da periferia do capitalismo.”

O movimento de mundialização, ou melhor, de concentração e de

financeirização do capital, por meio das empresas multinacionais, tem acentuado a concentração de poder, de riqueza e de conhecimento nos países do capitalismo central, particularmente nos Estados Unidos, Alemanha e Japão (DOURADO et al., 2003, p. 18)

Sobre a competitividade imposta pelo mercado e a escassez de recursos, Carvalho (2009) afirma que é necessário fazer muito com pouco. Como o ensino superior acumula agora diversas funções e não consegue atender a tudo em tempo, a universidade leva o título de incompetente, e é vista como não merecedora de financiamentos públicos. Principalmente quando se compara a educação com setores privados.

Chauí (1999) se refere à Reforma do Estado, na área da educação, como uma passagem do direito para a prestação de serviços. Como a democracia está ligada à noção de direitos, a autora coloca a noção de privilégios como sendo particulares e não universais. Já as carências, seriam específicas e particulares, não chegando a tornar-se universal, pois “somente a ideia de igualdade de condições (...) sustenta a ideia de criação e conservação dos direitos e estabelece o vínculo profundo entre democracia e justiça social” (CHAUI, 1999, p. 215).

Dessa forma, a educação deixa de ser um direito e passa a ser um serviço; deixa de ser pública e é vista como privada; e passa a ser uma organização social, ao invés de instituição social. Como instituição social, a universidade se torna mais autônoma, mais vinculada à sociedade, mais universal. Como organização, terá princípios centrados nela e competirá com outras com objetivos iguais (CHAUI, 2003).

Considerações finais

A universidade, que inicialmente prezava pela autonomia, pela crítica e pela democracia, sofreu um processo de descapitalização, principalmente nas instituições públicas, e isso ocorreu diferentemente nos estabelecimentos localizados tanto em países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento.

Para as perdas de recursos provocadas pelo sistema econômico vigente, as IES buscam essa compensação no mercado. Organismos internacionais como o FMI, UNESCO, Banco Mundial e OMC interferem na política educacional de países africanos e latino-americanos, buscando uma visão mercadológica e neoliberal. Essa transformação deu à universidade uma aparência empresarial.

No Brasil, aconteceu a crise de identidade e a diminuição de recursos internos e externos na década de 1980. Em 1990, reformas iniciadas por Collor e aprofundadas por FHC, seguiram ordens internacionais da economia centrada no mercado e no ajuste fiscal. Houve também o aumento das IES privadas com perda de recursos das IES federais, ocorrendo aumento no número de vagas das instituições privadas, e continuação da baixa qualidade do ensino público, sendo necessárias medidas compensatórias, como cobrança de anuidades. Já no governo Lula, houve aumento do número de vagas e incremento da oferta pública.

Para a crise na universidade brasileira, o Banco Mundial argumenta que não haverá aumento de recursos, mas sugere o aumento do mercado universitário e a diminuição de custos por aluno no Brasil (SANTOS, 2004). Várias foram as consequências negativas que as IES sofreram: perderam a sua autonomia para o mercado e a formação superior se

voltou para atendê-lo, tornando-se uma formação simples, precária, rápida, que busca o quantitativo, ou seja, número e resultados. A eliminação da gratuidade foi outro fator negativo, o que transformou estudantes em consumidores. Em se tratando dos acordos internacionais, privatizações e desnacionalização do conhecimento comenta-se que tais medidas serviriam para empresas internacionais controlarem empresas nacionais, escolas e centros de pesquisas de países em desenvolvimento.

Diante do exposto, percebe-se que algumas das soluções para as IES seriam a busca da sua autonomia, com critérios, indicadores e autoavaliação adequados aos estabelecimentos, sem a imposição do Estado e de outros órgãos. Os resultados deveriam ser a produção do saber, da criticidade e da intelectualidade e não deveria haver a preocupação desmedida com resultados imediatos, pois o número de obras não significa efetivamente a excelência delas. Percebe-se também que no caso das exigências impostas pelo mercado, seria oportuno haver uma diminuição dessas obrigações para as IES, a fim de que elas consigam cumprir com suas reais funções.

Referências

BOTEGA, L. R. A Conferência de Jomtien e a Educação para Todos no Brasil dos anos 1990. In: Revista Educação on-line. Publicado em 18 set. 2005. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em 25.03.2013.

CARVALHO, P. H. S. A universidade brasileira: um movimento de resgate de sua função social. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, v.1, n. 4, p.10-18, 2009.

CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. (Org). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. São Paulo: Vozes, 3 ed., 1999.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, v.24, n.24, p.5-15, 2003.

COELHO, I. M. Educação superior: por uma outra avaliação. In: DOURADO, L.F; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, 2003. p.117-135.

DINIZ, E. Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.15, n. 4, p.13-22, 2001.

DOURADO, L. F. et al. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: DOURADO et al. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e atuais**. São Paulo: Xamã, 2003. p. 17-30.

HUPSEL, W. Delinquência acadêmica. Publicado em 14 de julho de 2011. Disponível em <http://colunistas.yahoo.net/posts/12353.html>. Acesso em 17.05.2013.

LIMA, K. R. S. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, L. M. W. (org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior os anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002. pp. 41-63.

PRADO, M. L. C. Universidades públicas e privadas no Brasil e Estados Unidos. **Revista Adusp** n. 7, p. 18-20, 1996.

RISTOFF, D. I. Privatização não faz escola. In: TRINDADE, H. (org). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. São Paulo: Vozes, 1999.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOBRINHO, J. D. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, et al. (orgs). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo, Xamã, 2003, p. 97-116.

Recebido em 2013-08-29
Publicado em 2014-04-13